

A pós-graduação encontra a extensão: experiência de pesquisa-extensão no campo-tema do cárcere

*Post-graduate meets extension: experience of research-
extension in the field-theme of prison*

Guilherme dos Santos Azevedo
Cardoso

Universidade Federal de Minas Gerais
briguaisac@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0007-6499-5181>

Carolynne Reis Barros

Universidade Federal de Minas Gerais
profacarolbarros@gmail.com
reis-barros@ufmg.br
<https://orcid.org/0000-0001-5503-3350>

RESUMO: Neste artigo, pretendemos refletir sobre o conceito de extensão universitária a partir de nossa experiência de fazer pesquisa-extensão na pós-graduação. Para tal, traremos um panorama da trajetória da extensão nas universidades brasileiras, em especial das recentes políticas de incentivo à extensão na pós-graduação e suas repercussões para a produção de ciência. A partir disso, apresentaremos o programa de extensão e as funções que fomos construindo para a figura do extensionista de pós-graduação. Após, refletiremos sobre a produção da pesquisa de mestrado em articulação com a extensão, dando destaque para a criação de uma metodologia de pesquisa-extensionista, indicando que, no campo-tema do cárcere, com base no abolicionismo penal, houve a abertura para a produção de um conhecimento comprometido com a transformação social no sentido de pautar um projeto de sociedade sem prisões. Nas considerações finais, apontaremos para a importância da indissociabilidade entre pesquisa e extensão – e a necessidade de avanço dessa articulação com o pilar do ensino-, dando destaque para o âmbito da pós-graduação, como potencialidade para a realização de pesquisa militante engajada com a noção de práxis e de transformação social.

Palavras-chave: Extensão; Pós-Graduação; Cárcere.

Abstract: In this article, we intend to reflect on the concept of university extension from our experience of doing research-extension in post-graduate studies. To do this, we will present an overview of the history of extension in Brazilian universities, especially the recent policies to promote extension in post-graduate studies and their repercussions for the production of science. From there, we will present the extension program and the functions we have built for the figure of the post-graduate extensionist. Afterwards, we will reflect on the production of master's research articulated with extension,

highlighting the creation of a research-extensionist methodology, indicating that, in the field-theme of prison, based on penal abolitionism, there was an opening for the production of knowledge committed to social transformation in the sense of guiding a project of societies without prisons. In our final remarks, we point to the importance of the inseparability between research and extension – and the need to advance this articulation with the pillar of teaching – highlighting the post-graduate sphere, as a potential for carrying out militant research engaged with the notion of praxis and social transformation.

Keywords: Extension; Post-Graduate; Prison.

Introdução

A experiência de ser pesquisador-extensionista nos apresentou caminhos interessantes durante a realização de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)¹². Mais do que interessantes, esses caminhos indicaram um fazer pesquisa-extensionista fundamental para a produção de conhecimento mais próxima do que acreditamos como sendo a função das universidades. Talvez seja mais apropriado dizer de um extensionista-pesquisador, pois as incursões nas práticas de extensão precederam a pesquisa propriamente dita, em especial porque o primeiro autor já fazia parte, durante a graduação, do Culthis, que participou enquanto estudante na pós-graduação. A ordem dos termos, contudo, não importa se levarmos em conta aquela noção de indissociabilidade entre pesquisa, extensão e o pilar do ensino, que faremos referência ao longo do texto, mas dando destaque, neste artigo, à relação específica entre os dois primeiros. De todo modo, foi essa experiência de ser extensionista na pós-graduação e de fazer uma pesquisa articulada com a extensão que trouxe as reflexões que apresentaremos ao longo deste artigo.

Historicamente, como apontam Moita e Andrade (2009), isso que chamamos de conhecimento científico adquiriu um certo patamar de legitimidade nas sociedades ocidentais a ponto de as universidades serem vistas como o lócus por excelência de produção de conhecimentos tidos como verdades universais. Verdades essas que deveriam ser transferidas para e absorvidas pela sociedade mais ampla a fim de que esta lide com seus problemas. O conhecimento científico e a própria universidade, por essa perspectiva, apresentam-se não somente como dissociados

1 Ao longo do texto, vamos alterar a voz, do singular ao plural, pois traremos reflexões a partir de experiências de pesquisa de mestrado do primeiro autor, que foi orientado pela segunda autora, também coordenadora do programa de extensão.

2 O primeiro autor foi bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes).

da sociedade, mas como num patamar acima dela, como o espaço composto por pessoas supostamente ilustradas que, à parte do que acontece nessa sociedade, consegue produzir um conhecimento, único, que será posteriormente aplicado por pessoas que não participaram da sua construção.

As universidades, assim, têm assumido ideologicamente esse lugar de legítimas produtoras de conhecimento, o que nos leva a olhar para a sua história e compreendê-las como um dos produtos coloniais, tendo em vista que chegaram ao Brasil como importações de nossos colonizadores europeus (Neves, 2021; Pereira, 2008). A afirmação anterior, entretanto, deve ser lida pelo viés das contradições que marcam estruturalmente a história, inclusive das universidades, tendo em vista que, apesar de seu predomínio como um espaço garantidor dos interesses das elites, muitas foram e são as experiências de tornar a academia um lugar mais consciente acerca de seus impactos, bem como usar desse espaço para a produção de um conhecimento outro que não aquele que exclui e oprime (Fraga, 2017).

E, nesse cenário, as experiências de extensão têm ocupado um importante papel ao convocar professores(as), estudantes e a sociedade como um todo a problematizar não só as formas de se produzir ciência, mas a ciência em si, problematizar a própria universidade enquanto espaço de produção de conhecimento. Isso se dá porque, independentemente da perspectiva em que são abordadas e realizadas as atividades de extensão, há um consenso de que elas devam articular o conhecimento científico com as demandas concretas da realidade, o que convoca os(as) atores(as) envolvidos(as) a pelo menos refletir sobre o papel da universidade.

Nesse contexto, a extensão esteve presente durante a graduação em Direito na UFMG do primeiro autor, mas foi a partir de sua entrada na pós-graduação em Psicologia, na mesma instituição, que essa articulação se mostrou de forma mais evidente e nos provocou acerca do que pode ser essa prática indissociável. Ainda, a partir da implementação de bolsa voltada especificamente para a prática da extensão na pós-graduação, houve um reconhecimento formal dessa relação. Mais do que reconhecimento, a concessão de bolsas ou outros auxílios financeiros para a prática da extensão junto da pesquisa foi essencial para que ela ocorresse da forma como ocorreu, como abordaremos ao longo do texto.

Em nosso caso, trataremos a discussão sobre a articulação entre extensão e pesquisa na pós-graduação na particularidade do contexto do sistema prisional, em especial na atuação em conjunto com familiares de pessoas presas e com sobreviventes do cárcere. Assim, articularemos nossas perspectivas acerca de extensão,

universidade e produção do conhecimento com referenciais teórico-metodológicos da criminologia crítica e do abolicionismo penal (Gilmore, 2024; Santos, 2022; Santos, 2016).

Propomos, então, como objetivo deste artigo, refletir sobre o conceito de extensão universitária a partir de nossa experiência de fazer pesquisa-extensão na pós-graduação. Apresentaremos, no tópico a seguir, um panorama da trajetória da extensão nas universidades brasileiras, em especial das recentes políticas de incentivo à extensão na pós-graduação. Adiante, apresentaremos o Culthis, programa de extensão, e as funções que fomos construindo para essa figura do extensionista de pós-graduação. Após, traremos algumas reflexões sobre a produção da pesquisa de mestrado em articulação com a extensão e, então, indicaremos nossas considerações finais, apontando para uma aposta nas pesquisas militantes que se estruturam pela noção de indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

A trajetória da extensão nas universidades brasileiras e suas reverberações na construção do conhecimento

Definitivamente, extensão é um conceito em disputa. Há algum consenso de que ela seja um dos pilares das universidades – junto com o ensino e a pesquisa – (Fraga, 2017; Nogueira, 2013; Moita & Andrade, 2009) e que tem essa tarefa de articular o que é feito intramuros com aquilo que acontece do lado de fora da universidade. No entanto, o conteúdo de seu termo e as práticas a que se seguem são múltiplos, podendo ser, inclusive, conflitantes entre si.

As atividades de extensão estão presentes na universidade brasileira desde seu surgimento no país (Nogueira, 2003) e, historicamente, têm desempenhado um papel majoritariamente relacionado ao paradigma da transferência do conhecimento produzido na universidade para a sociedade mais ampla, por meio de experiências próximas à noção de prestação de serviços. Todavia, retomando a reflexão de Fraga (2017) acerca das contradições na prática universitária, também foram historicamente presentes as contestações a esse entendimento de extensão.

Um dos principais autores brasileiros a questionar a lógica de transferência do conhecimento nas práticas extensionistas – e na atuação universitária como um todo – foi Paulo Freire (1979). O educador, com base em experiências de extensão no campo da reforma agrária chilena, problematiza o conceito de extensão,

inicialmente, por sua própria concepção semântica, que envolve uma relação na qual uma pessoa (de dentro da universidade) estende algo (um conhecimento) a alguém (quem está fora da universidade). A partir disso, ele explica que essa relação legitima aquela ideia de universidade como detentora da capacidade de produção de conhecimento e de que a sociedade de forma mais ampla não possui os meios necessários para essa produção, como se fosse possível dissociar o momento de produção do conhecimento de seu momento de difusão (Fraga, 2017). Nesses termos, as práticas de extensão trazem em seu bojo uma ideia de hierarquização entre os saberes, situando o saber científico, da universidade, acima dos demais saberes produzidos cotidianamente.

De forma diversa, a elaboração teórica de Freire e sua defesa por um outro fazer extensionista estão calcadas numa concepção materialista de sujeito que compreende as pessoas como seres da transformação (Mafra & Camacho, 2017). O ser humano, nessa perspectiva, não apenas passa pelo mundo se adaptando a ele, mas pensa e age sobre ele, transformando-o. Tal dinâmica gera repercussões na forma como encaramos os processos educativos, considerando-os em sua inteireza a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Essas reflexões nos remetem a maneiras particulares de se vivenciar a construção do conhecimento científico, colocando no centro das práticas educativas, inclusive da extensão, a noção de práxis como unidade dialética formada pela teoria e pela prática (Fals Borda, 2022). Assim, o ser humano, como sujeito capaz de apreender a realidade, o faz não para se adaptar a ela, mas para transformá-la e recriá-la (Freire, 2020a).

Fals Borda, que, assim como Freire, elaborou suas contribuições teórico-metodológicas a partir de atividades de base, em especial em pesquisa-ação com trabalhadores agrícolas e indígenas colombianos, explica que esse entendimento materialista de práxis se contrapõe a um paradigma positivista que “interpreta a práxis como simples manipulação tecnológica e controle racional dos processos naturais e sociais” (2022, p. 203). Um paradigma positivista que, em nossa sociedade capitalista, tem colocado o conhecimento científico como algo relacionado “fundamentalmente com o útil no seu sentido mais estreitamente pragmático, num sentido estritamente instrumental. O conhecimento é basicamente mercadoria e, estritamente, dinheiro” (Bondía, 2002, p. 27).

A ideia de conhecimento como mercadoria foi bastante discutida por Freire a partir de seu conceito de educação bancária, na qual, “em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências,

recebem pacientemente, memorizam e repetem” (Freire, 2020b, p. 80). É um conhecimento tido como útil, porém com uma utilidade voltada para questões específicas relacionadas à profissionalização e inserção no mercado de trabalho de forma alienada e não emancipatória, tendo em vista que o sujeito que aprende o faz unicamente para se adaptar à realidade existente.

Freire, nesse sentido, aposta em um paradigma de caráter dialógico de extensão em contraposição à noção de transferência de conhecimento. Dessa forma, a universidade, por meio de suas práticas extensionistas, deveria se comprometer com uma educação que compreenda a sociedade de forma mais ampla como composta por sujeitos autônomos, transformadores, criativos e capazes de produzir saberes, tão importantes quanto os científicos. Nesses termos, deixa de ter relevância a transferência do conhecimento ou a prestação de serviços, pois a atividade de extensão estará mais comprometida com uma construção dialógica e de um conhecimento que se materializa na práxis.

Apesar de as atividades de extensão estarem presentes nas universidades desde o início, elas foram deixadas em segundo plano, pelo menos em comparação com as práticas mais voltadas para o ensino e a pesquisa, em especial por meio dos cursos de graduação – que privilegiariam o ensino – e dos cursos de pós-graduação – que priorizam a pesquisa (Moita & Andrade, 2009). O principal sintoma desse cenário era a ausência ou a ínfima previsão de atividades de extensão nos currículos do ensino superior, seja de graduação ou de pós-graduação, o que tem apresentado empecilhos para que os(as) estudantes – e também os docentes – consigam se dedicar a atividades extensionistas. Essas dificuldades passam por questões como falta de tempo e de recursos para a prática da extensão. Durante a graduação, os(as) estudantes devem cumprir carga horária de disciplinas e de estágios; durante a pós-graduação, têm que cumprir carga horária com as disciplinas, com o estágio em docência e com a pesquisa; por sua vez, os(as) professores(as), sob a lógica da alta produtividade, têm que cumprir carga horária com as disciplinas, as pesquisas e com tarefas administrativas (Souza et al., 2016).

Não obstante, essa realidade tem se alterado e, nesse cenário, consideramos importante explicitar que os avanços na implementação de políticas de extensão nas universidades não acontecem de forma linear, mas, com base nas contradições presentes no processo histórico. Elas dependem da ação de diversas pessoas e da confluência de circunstâncias favoráveis para tal. Dessa forma, indicamos que um dos atores sociais fundamentais para esses avanços foi o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras que, a partir de suas

discussões e reivindicações ao longo dos anos, tiveram impactos, por exemplo, na elaboração de normativas relacionadas à prática extensionista universitária (Nogueira, 2013).

Nesse contexto, ocorreu a publicação da Resolução nº 7/2018, editada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pela Câmara de Educação Superior (CES), ambos vinculados ao Ministério da Educação (MEC), que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, determinando que essas atividades devem compor, no mínimo, 10% do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação. Especificamente na UFMG, tal determinação foi incorporada a partir da Resolução nº 10/2019, editada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da Universidade. Nesse sentido, as referidas normativas representam um avanço na efetivação das práticas de extensão nas universidades, uma vez que integram essas atividades nas grades curriculares dos cursos de graduação sem aumentar a carga horária total dos(as) estudantes.

Apesar dos avanços, compreendemos que as normativas, por si só, são insuficientes para a construção de práticas extensionistas no ambiente universitário pela perspectiva freireana, a qual nos vinculamos. Os textos normativos trazem indicações gerais acerca dos princípios e fundamentos que guiarão as atividades de extensão, porém abrem margens para a realização de atividades que se aproximam daquela ideia de extensão como transferência de conhecimento, legitimando a noção de hierarquização dos saberes. Um exemplo explícito disso é que na normativa específica da UFMG, há a indicação de cinco modalidades de extensão³, sendo uma delas a “prestação de serviços”, reconhecendo, então, como extensão universitária, práticas estritamente relacionadas à ideia de usar do conhecimento científico para ajudar a sociedade, sem considerá-la na etapa de produção desse conhecimento. Ainda, mesmo nas demais modalidades, a lógica da educação bancária permeia as atividades de extensão ao considerá-las uma forma de a universidade colocar em prática seus conhecimentos para fins úteis, naquele sentido de útil para a reprodução da realidade tal como ela é, para a adaptação das pessoas a essas realidades, sem questioná-las e desconsiderando o caráter transformador da práxis humana.

Outra insuficiência das normativas diz respeito à não previsão de uma formação em extensão universitária no âmbito da pós-graduação – e nas atividades regulares dos(as) docentes. A única menção à pós-graduação nas duas resoluções que trouxemos é que, na primeira, há a indicação de que as diretrizes sobre

3 As outras modalidades são os projetos, programas, cursos e eventos de extensão.

extensão na educação superior também podem ser direcionadas aos cursos de pós-graduação, sem, no entanto, incluir essas atividades como parte integrante das grades curriculares.

Algumas universidades, não obstante, têm implementado políticas próprias de incentivo à prática de extensão na pós-graduação. É o caso, por exemplo, da UFMG, que, através da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PRPG), publicou, em maio de 2023, o primeiro edital de fomento à formação em extensão universitária no âmbito da pós-graduação⁴, chamado de Formação em Extensão (Formex). O objetivo do edital foi disponibilizar bolsas de extensão destinadas à participação integrada de estudantes de graduação e de pós-graduação em programa, projeto ou curso de extensão universitária.

Sabemos que a disponibilização de bolsas estudantis é uma das formas de viabilizar o acesso e a permanência dos(as) discentes nas atividades universitárias, mesmo que, não raro, seus valores baixos não contemplam grande parte dos(as) estudantes⁵. Não obstante, compreendemos o avanço no sentido de garantir mais auxílio financeiro para discentes e, nesse sentido, o referido edital foi pioneiro no quesito incentivo à prática de extensão na pós-graduação.

Arelado a isso, outro ponto de destaque do edital diz respeito à possibilidade de o(a) estudante acumular a bolsa de extensão com uma possível bolsa de mestrado, doutorado ou pós-doutorado. Inclusive, este edital foi publicado antes das agências de fomento à pesquisa flexibilizarem as regras para o acúmulo de bolsas na pós-graduação com outras atividades remuneradas⁶, possibilitando, por exemplo, o acúmulo de bolsa de mestrado com bolsa de extensão na pós-graduação, o que foi o caso do primeiro autor, como apresentaremos nos tópicos seguintes.

Ainda, uma característica importante do edital Formex está relacionada não só ao incentivo da prática extensionista na pós-graduação, mas que essa prática seja realizada de forma articulada com estudantes da graduação. Dessa maneira,

4 Edital Proex nº 02/2023.

5 Essa discussão merece aprofundamento em trabalhos posteriores, pois diz respeito ao perfil socioeconômico dos(as) discentes das universidades, em especial das universidades públicas que, apesar de gratuitas, apresentam diversos obstáculos para seu acesso por parte considerável da população brasileira. Essa discussão se relaciona indissociavelmente com as políticas de implementação de bolsas e com o que temos apresentado até aqui sobre o papel da extensão no sentido de problematizar a função das universidades. A importância das bolsas, além de viabilizar uma prática extensionista de construção compartilhada do conhecimento com a sociedade, também tem viabilizado, mesmo que minimamente, a permanência de estudantes na educação superior gratuita.

6 Por exemplo, por meio da Portaria nº 133/2023, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por meio da Deliberação do Conselho Curador nº 209/2024, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Essas normativas, apesar de possibilitarem a flexibilização, transferem para as Instituições de Ensino Superior a responsabilidade de regulamentar como se dará o acúmulo de bolsas em cada instituição. Na UFMG, a regulamentação ocorreu por meio da Resolução nº 08/2023, CEPE/UFMG.

cada programa, projeto ou curso de extensão proponente deve solicitar uma bolsa para um(a) extensionista de graduação e outra para um(a) extensionista de pós-graduação, estimulando a troca de experiências e saberes não só entre universidade e sociedade mais ampla, mas também entre os diferentes níveis da educação superior.

As recentes alterações normativas na prática da extensão universitária, com destaque para o âmbito da pós-graduação, são essenciais para que esse pilar da universidade se concretize e ganhe relevância, indissociável, ao lado do ensino e da pesquisa. Como temos afirmado, todavia, a normatização não garante que as práticas extensionistas sejam realizadas de forma a transformar as universidades e suas lógicas de produção do conhecimento em direção a uma práxis mais emancipatória. Essa práxis deve reconhecer as pessoas, estejam elas dentro ou fora dos muros da universidade, como seres autônomos, da transformação e capazes de produzir saberes e agir sobre o mundo.

Retomando as reflexões de Freire (1979) trazidas no início deste tópico acerca da concepção semântica do termo extensão, o autor sugere o uso da palavra “comunicação” em detrimento da tradicional “extensão” ao fazer sua crítica radical à noção de transferência de conhecimento. Apesar de estarmos de acordo com as críticas de Freire, entendemos que, mais do que alterar o nome que atribuímos a essa prática, importa mais disputarmos a prática em si. Assim, o caráter dialógico da extensão deve ser constantemente problematizado por aqueles(as) que a vivenciam a fim de indicar quais elementos presentes nessas práticas afirmam a dialogicidade. Além disso, para garanti-la, consideramos fundamental problematizar quais as condições materiais dessa prática extensionista, quais as possibilidades concretas – como a curricularização, o auxílio por meio de bolsas e estrutura na universidade – para que estudantes, professores(as) e sociedade de uma forma ampla vivenciem a extensão universitária.

Nesse contexto, continuaremos as discussões nos tópicos seguintes com base em nossas experiências de extensão na pós-graduação e, em seguida, de como foi fazer uma pesquisa de mestrado em articulação com essa extensão.

O Culthis e a experiência de orientação de extensão na pós-graduação

O Culthis: Espaço de Atenção Psicossocial às Pessoas Presas, Sobreviventes do Cárcere, seus Familiares e Amigos é um programa de extensão vinculado ao

Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos da UFMG. Seu objetivo é consolidar um centro de referência sobre encarceramento e seus impactos psicossociais a partir de ações de formação, divulgação e sistematização de denúncias de violações de direitos, e de acolhimento psicossocial de pessoas presas, sobreviventes do cárcere e suas familiares por meio de atividades de extensão, pesquisa e ensino relacionadas ao campo-tema⁷ prisional. As sementes da extensão foram plantadas em 2008 quando da experiência de um estágio curricular de Abordagens Sócio-clínicas do Trabalho ofertado no departamento de Psicologia da UFMG sobre recolhimento de histórias de pessoas presas na Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de Santa Luzia a partir do Método de História de Vida. Quando saíram da prisão, carregando o estigma de serem egressos do sistema prisional, procuraram os(as) estudantes com demandas específicas de pessoas que sobreviveram ao cárcere, como a regularização de documentos ou a busca por trabalho e por renda. Com o tempo, esses homens sugeriram aos(as) graduandos(as) que fossem até as filas das unidades prisionais para conhecerem a realidade das familiares de pessoas presas (Barros & Cardoso, 2024).

Assim, surgiram as primeiras práticas de extensão do programa que foram se somando a outras atividades a partir de convocações da realidade. Dessa forma, com base nas reflexões sobre extensão e produção do conhecimento apresentadas no tópico anterior, as práticas extensionistas do programa estão comprometidas com a noção de que nós e o mundo em que vivemos estamos em constante transformação e que, por isso, a universidade, por meio de seus pilares ensino-pesquisa-extensão, deve atender a essas convocações de forma permanente. As atividades, nesse sentido, não são estáticas, não estão dadas a priori, mas são constantemente pensadas e realizadas a partir do encontro com a realidade e de suas convocações.

Com base nesse acúmulo de quase 20 anos de existência, o programa tem sido organizado, nos últimos anos, a partir de três eixos: o eixo de atenção psicossocial, o eixo de articulações políticas e o eixo de formação. As atividades, contudo, permeiam todos os eixos e buscam articular a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. As atividades, de forma exemplificativa, abrangem a construção de uma metodologia de acolhimento psicossocial (Cardoso & Moreira, 2024)

7 Com base em Spink (2003), o termo “campo-tema” refere-se a uma crítica e ampliação às hegemônicas experiências de trabalho de campo. Assim, nos vinculamos a um campo a partir da vinculação a um determinado tema e, logo, o campo-tema abarca diversas situações que usualmente não são lidas enquanto contextos de pesquisas, como encontros entre amigos, tempo gasto dentro de transporte público, intervalo entre aulas, etc. Todos esses contextos podem potencialmente ser nosso campo.

com pessoas afetadas pelo cárcere, uma rede de psicólogas(os) que atendem esses grupos⁸, a Plataforma Desencarcera!⁹, grupos de estudo, disciplinas ofertadas na graduação, o Curso de Desencarceradoras Populares (Despop)¹⁰ e programa de Pós-graduação, organização de atividades formativas, participação em espaços de representação, dentre outros.

O programa de extensão, apesar de formalmente vinculado ao departamento de Psicologia da UFMG, não é restrito aos(as) estudantes deste curso. As atividades são pensadas de forma a acolher as diversas áreas do saber numa tentativa de pautar ações que se aproximem da complexidade da realidade. Partimos do materialismo histórico-dialético na compreensão da realidade em que vivemos como complexa, constituída por diversas determinações que se relacionam dialética e contraditoriamente na conformação de uma totalidade e, que, por isso, a ciência não pode ser fragmentada (Fals Borda, 2022). Dessa forma, ao vivenciarmos uma extensão comprometida com aquelas convocações da realidade, priorizamos a criação de um espaço no qual as diversas áreas do saber possam fazer parte e se confrontar.

O primeiro autor inicia sua trajetória no Culthis ainda na graduação em Direito em 2020, iniciando uma atuação marcada, inicialmente, pela virtualidade imposta pela pandemia, mas atravessada por processos intensos de escuta, formação e troca com familiares de pessoas presas, sobreviventes do cárcere, militantes e trabalhadores de políticas públicas. Com o retorno das atividades presenciais, em 2022, integrou as ações realizadas nas filas de unidades prisionais (Barros, Cardoso & Dias, 2024). A continuidade da participação no programa, mesmo após a formatura, possibilitou o aprofundamento das experiências extensionistas e contribuiu para sua trajetória acadêmica que, posteriormente, desenvolveu-se na pós-graduação em Psicologia, a partir do compromisso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Optamos por apresentar esse histórico da extensão ao longo da graduação para indicar que o primeiro diferencial da prática extensionista na pós-graduação se deu a partir de um acúmulo de experiências de três anos no programa. Assim, quando ingressou no mestrado, no primeiro semestre de 2023, em conjunto com a coordenadora do programa, pensamos em como seria a atuação na extensão e como ela se diferenciaria da graduação. Então, criamos a ideia de “orientação

8 A história sobre a Rede Psi é apresentada em Diniz e Amaral, 2024.

9 Site para pessoas, em especial familiares de pessoas presas, fazerem denúncias de violações de direitos nos sistemas prisional e socioeducativo de Minas Gerais. O site pode ser acessado em: desencarcera.com.

10 Para mais informações sobre o Despop, ver Juscelino, Barros, Cardoso, Rocha e Medrado, 2024.

de extensão”. No entanto, as atividades e tarefas dos(as) orientadores(as) de extensão, para além daquele acúmulo de experiências, não estão dadas, nós não sabíamos exatamente como seria. Ainda, como indicamos no tópico anterior, a partir da publicação do Edital Formex da UFMG, primeiro edital voltado para a concessão de bolsas de extensão na pós-graduação, foi bolsista tanto de mestrado quanto de extensão.

Assim, a partir da prática, delimitamos inicialmente as funções de um orientador de extensão. De um lado, o orientador de extensão não deixa de ser extensionista, também participa das atividades de extensão; por outro, cumpre com esse papel de acompanhar e dialogar com os(as) extensionistas de graduação. Esse acompanhamento se deu de diversas formas, seja realizando formações com determinados temas – por exemplo as formações jurídicas-, tirando dúvidas específicas sobre o acompanhamento dos casos, indo junto para as filas nas unidades prisionais e revisando textos científicos. Logo, são atividades de mediação entre os(as) extensionistas de graduação e a coordenação do projeto e, dessa maneira, assim como as atividades de extensão em si, as funções do orientador de extensão também partiam de convocações da realidade.

Uma das potencialidades dessa experiência de extensão na pós-graduação foi que ela favoreceu uma troca de saberes em diversas frentes, tanto com as pessoas que não estão formalmente vinculadas à universidade, mas também entre os diferentes níveis da educação superior, como é, inclusive, incentivado pelo Edital Formex. Assim, nas distintas atividades do Culthis – como as formações, os grupos de estudos e as reuniões semanais – havia uma troca entre as as pessoas que participavam do programa de extensão, tais como extensionista na pós-graduação, extensionistas na graduação e sociedade civil organizada.

Como exemplo, realizamos um encontro para discutir a elaboração e usos dos diários de campo que é realizado na ida às filas das unidades prisionais da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) para fazer acolhimento psicossocial com as familiares de pessoas presas. Neste encontro, o primeiro autor compartilhou as formas como estava habituado a fazer os diários – especialmente pela sua experiência no mestrado, mas também como os(as) extensionistas de graduação fizeram.

Apesar desses momentos de troca, havia o desafio permanente de questionar a lógica da educação bancária na prática da orientação de extensão. Assim, mesmo que estivéssemos num espaço de extensão universitária e, portanto, previamente ancorados na dialogicidade, era necessário nos observar e questionar

frequentemente acerca de nossa práxis a fim de certificar seu caráter emancipatório e não repetir atividades hegemônicas de transferir conhecimento ou indicar o passo a passo para caminhos no fazer extensionista.

Ao longo desses encontros, então, precisávamos, todos(as) os(as) envolvidos(as), marcar que a principal diferença entre os distintos níveis da educação superior – graduação, pós-graduação e docência – reside no acúmulo de bagagens, de experiências, de leituras e de discussões e de responsabilidades no projeto. De forma diversa, procuramos assumir um papel mais próximo da problematização do conhecimento do que de sua mera transferência, compreendendo que estávamos, durante as atividades de extensão, construindo conhecimento em conjunto e aprendendo uns(as) com os(as) outros(as).

Como havíamos adiantado, ao longo dos dois anos de pós-graduação, o primeiro autor foi bolsista de mestrado e de extensão, o que possibilitou, além da vivência da prática extensionista nesta fase do ensino superior, também um fazer pesquisa indissociavelmente articulado com a extensão. No próximo tópico, então, traremos algumas reflexões sobre como foi essa experiência, dando destaque às discussões metodológicas de pesquisa, às particularidades da construção do conhecimento no campo-tema do cárcere e às possibilidades para um fazer pesquisa-militante em defesa de uma transformação social.

O fazer pesquisa na pós-graduação em articulação com a extensão

Foi a partir das atividades extensionistas no programa que surgiu a ideia da pesquisa de mestrado. Desde o início, os caminhos da pesquisa já indicavam que ela se daria em articulação direta com a extensão, apesar de, naquele momento, ainda não estar definido o tema específico.

Ao longo do primeiro semestre do mestrado, fomos delimitando os objetivos da pesquisa a partir da atividade que consideramos central no programa: a ida até as filas das unidades prisionais da RMBH para fazer acolhimento psicossocial com as familiares nos dias que elas vão visitar seus entes presos ou levar os kits¹¹ (Barros, Cardoso & Dias, 2024). Em junho de 2023, como extensionista da pós-graduação, o primeiro autor foi até a fila da unidade prisional Penitenciária

11 Kit é o termo usado pelas familiares em Minas Gerais para se referir aos itens de necessidade básica fornecidos às pessoas presas. São itens como alimentos, roupas, medicamentos etc. cujo fornecimento é de obrigação do Estado, mas este transfere a responsabilidade para as famílias.

Nelson Hungria, localizada no bairro Nova Contagem, no Município de Contagem e, lá, nos chamou a atenção a particularidade daquela fila em relação às demais que estávamos habituados, especialmente pela presença de trailers cujo objetivo era ofertar produtos e serviços especificamente para as famílias. Assim, a pesquisa teve como objetivo geral compreender o trabalho e a sociabilidade no entorno daquela prisão, com foco no trabalho de reprodução social das familiares e no trabalho dos trailers.

O acúmulo de bolsas durante o mestrado possibilitou uma certa imersão no campo-tema do cárcere e de seus impactos no território em seu entorno, em especial na vida de familiares de pessoas presas e das trabalhadoras dos trailers, tendo em vista que se dedicou integralmente às atividades de extensão e de pesquisa.

Um dos primeiros elementos que nos chamou atenção sobre esse fazer pesquisa em articulação com a extensão foi sobre as possibilidades de iniciar o que tradicionalmente chamamos nas universidades de trabalho de campo, uma vez que, em razão das atividades extensionistas do Culthis, eu já tinha uma bagagem de experiência quanto ao contexto das filas que acontecem no entorno do cárcere. Dessa forma, não foi necessário um primeiro momento usual das pesquisas de campo no qual o pesquisador, de certa forma afastado da realidade que pretende estudar, se aproxima de um território e das pessoas a fim de conhecê-las. Essa aproximação já existia por causa da extensão.

Ainda, pensar a metodologia da pesquisa pareceu, se não mais fácil, pelo menos mais fluído por causa do acúmulo de experiências da extensão. Assim como pautamos as atividades extensionistas com base nas convocações da realidade, o fazer da pesquisa também se deu a partir do que nos era apresentado pelo campo-tema.

Por exemplo, fomos compreendendo a importância de ir, presencialmente, para a região de Nova Contagem para conversar com as pessoas que circulam pelo território, não só aquelas diretamente envolvidas com a pesquisa, como as familiares e as trabalhadoras dos trailers, mas também com pessoas que moram na região ou que passam por ali em função de outras atividades de trabalho.

Com base na experiência extensionista, a metodologia da pesquisa foi construída sob as noções de construção compartilhada do conhecimento e, nesse sentido, consistiu centralmente em conversas situadas no cotidiano das pessoas que circulam pelo território do entorno da prisão. As conversas se deram densamente¹²

12 Na Dissertação, fazemos uma discussão sobre os espaços densos do campo-tema, ou seja, apesar de compreendermos que estamos sempre potencialmente em campo, também sabemos que “alguns contextos trazem exigências relacionadas à preparação, estudo, foco e comprometimento e, ainda, terão repercussões mais diretas com o fazer da pesquisa” (Cardoso, 2025).

no espaço onde estão os trailers e onde acontecem as filas da Nelson Hungria, mas também no bairro como um todo, na casa de algumas das pessoas que participaram da pesquisa e no trajeto entre Belo Horizonte e Nova Contagem.

Um desafio inicialmente percebido nessa articulação pesquisa-extensão foi sobre a diferenciação, em campo, entre extensionista e pesquisador. O desconforto que nos levou a considerar essa marcação para as pessoas que estavam participando da pesquisa se deu a partir de convocações éticas no que diz respeito aos(as) interlocutores(as) terem ciência acerca do objetivo das interações. No decorrer do tempo da pesquisa, fomos compreendendo as imbricações entre o fazer-extensionista e o fazer-pesquisa no sentido de que as duas situações coexistiam, não sendo possível dissociá-las. Mais do que se apresentar como extensionista ou pesquisador, essa metodologia inspirada no acúmulo extensionista de construção compartilhada e dialógica do conhecimento indicou a importância da constante reflexão ética acerca desse fazer pesquisa pautado na noção de práxis que trouxemos ao longo do artigo. O mais importante, então, não foi necessariamente a forma como se apresentou para as pessoas, mas as constantes trocas nas quais, compreendendo-as como sujeitos autônomos e transformadores da realidade, os saberes eram colocados em tensão criativa a fim de transformarmos a realidade – discussão que retomaremos adiante.

Dessa forma, apontamos que esse conflito entre extensionista e pesquisador não passava de uma aparência, uma vez que não seria necessário, nem desejável, que houvesse uma escolha entre um e outro. Ainda assim, consideramos importante indicar esse conflito a fim de, justamente, explicar os motivos e afirmar a sua aparência.

Outra maneira pela qual a vivência na extensão integrou diretamente a realização da pesquisa foi pela inserção de forma mais ampla no campo-tema prisional. Assim, apesar do recorte da pesquisa ter se dado no território do entorno de uma unidade prisional em específico, eu participei de outras atividades relacionadas ao cárcere que contribuíram para as reflexões da Dissertação e para a criação dos modos de se pesquisar, principalmente dos assuntos que eu conversaria com os(as) interlocutores(as).

Como exemplo, durante o mestrado, um acontecimento marcante para o sistema prisional em Minas Gerais foi a decisão tomada pelo poder executivo estadual no sentido de proibir o porte e o uso de cigarros dentro das unidades prisionais mineiras. Assim, durante o trabalho de campo da pesquisa e de atividades de

inspeção no Conselho da Comunidade¹³, em conversa com as familiares no entorno da Penitenciária Nelson Hungria sobre o assunto, organizamos um Diálogos sobre o Cárcere¹⁴ no qual convidamos atores(as) do sistema prisional mineiro – como uma juíza da execução penal, defensores públicos das áreas prisional e de Direitos Humanos, trabalhadores(as) técnicos das unidades prisionais e um farmacêutico da atenção primária à saúde em Belo Horizonte-, oportunidade na qual algumas dessas familiares participaram e puderam levar seus relatos e reivindicações para atores(as) do sistema de justiça criminal, como o judiciário e a Defensoria Pública do estado. Portanto, a metodologia de pesquisa foi articulando as atividades de extensão com o trabalho de campo.

No campo-tema do cárcere, quando falamos em uma práxis de transformação da realidade, de uma transformação emancipatória, partimos das contribuições do abolicionismo penal, em especial daquelas advindas da criminologia crítica e de teorias materialistas da pena (Gilmore, 2024; Santos, 2022; Santos, 2016). Assim, compreendendo que as prisões integram a totalidade das relações sociais e que, não obstante, não cumprirem com as funções oficiais de ressocialização e de prevenção da chamada criminalidade, têm cumprido com funções outras relacionadas à manutenção de explorações e opressões (Jeremias, 2022; Alemany, 2019), defendemos a produção de um conhecimento que vise à abolição das prisões.

Abolição que, todavia, não significa meramente o fechamento dos espaços físicos do cárcere, mas a abolição das relações sociais que dão base para a sua existência. Nesse sentido, Gilmore afirma que, mais do que descobrir formas de destruir as prisões, o abolicionismo penal deve estar mais preocupado em descobrir formas de construir, em conjunto, todos os dias, um mundo sem prisões (2024). Esse entendimento se aproxima do abolicionismo penal de base marxista do norueguês Thomas Mathiesen, com sua teoria do inacabado, indicando que o abolicionismo não visa a um fim último que, depois de superado – com o fim das prisões-, deixará de ser relevante. Ao contrário, ele insiste que devemos, ao construir nossas teorias abolicionistas, olhar para a realidade, sempre em transformação, para compreender os processos sociais e como podemos atuar neles a fim de buscar, constantemente, um projeto de sociedade emancipatório (Zaffaroni, 2018; Santos, 2016).

13 O Conselho da Comunidade é órgão da execução penal, composto pela sociedade civil, responsável pela fiscalização do sistema prisional a partir de atividades de inspeções nas unidades e posterior elaboração e encaminhamento de relatórios para as autoridades competentes.

14 Atividade que faz parte do eixo de formação do Culthis no qual convidamos pessoas para conversarem sobre temáticas relacionadas ao sistema prisional.

No fazer pesquisa-extensionista no campo-tema do cárcere, então, retomamos as reflexões de Freire (2020a; 1979) e de Fals Borda (2022) que afirmam a construção do conhecimento como um processo constante, sempre inacabado, tendo em vista justamente a permanente transformação da realidade. Nesse cenário, com base nas conversas situadas no cotidiano do mestrado, buscávamos a produção de uma teoria abolicionista, um conhecimento comprometido com o fim das prisões, nos termos que apresentamos, e, dessa maneira, formas de construir esse conhecimento junto dos(as) interlocutores(as) de pesquisa, articulando os saberes da universidade com outros saberes.

Essa construção compartilhada do conhecimento, de forma dialógica e no sentido de colocar os saberes em situação de equidade, nos remete a uma reflexão de Freire (1979) acerca das práticas extensionistas dialógicas demandarem tempo. O autor argumenta que, para a criação de vínculos numa prática educativa libertadora, é fundamental que não apressemos as experiências com o objetivo de chegar mais rapidamente em um determinado conhecimento, pois isso ignoraria, inclusive, aquela ideia de conhecimento enquanto processo. Bondía (2002), escrevendo sobre práticas educativas com base na experiência, naquilo que nos atravessa, comenta que, em nossa atual sociabilidade capitalista, há uma aceleração do tempo que tem repercussões diretas para as práticas de educação, pois, com o objetivo de cumprir metas de produtividade em meio a diversas tarefas que temos que realizar, renunciamos a uma produção de conhecimento mais comprometida com as convocações da realidade, pois, para isso, a experiência

requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar, parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (p. 28).

Em nosso cotidiano universitário, com todas as demandas que temos, é desafiador darmos tempo ao tempo. Assim, mais uma vez, explicitamos que a possibilidade de acúmulo das bolsas de mestrado e de extensão na pós-graduação trouxe a perspectiva material de concretização dessa experiência, uma vez que houve uma dedicação na realização da pesquisa-extensão sem ter que preocupar, por exemplo, com outras atividades remuneradas. Essa forma, então, de construir uma metodologia de pesquisa-extensão com mais tempo e disponível para

os encontros sem a prescritividade de roteiros ou outras técnicas metodológicas aprioristicamente escolhidas, possibilitou caminhos para a construção compartilhada do conhecimento.

Considerações finais

Ao longo deste texto, buscamos refletir sobre o conceito de extensão universitária a partir da experiência em extensão na pós-graduação. Nesse sentido, apresentamos um panorama da trajetória da extensão nas universidades, com foco nas recentes políticas de extensão na pós-graduação. Também apresentamos o Culthis e as funções que fomos construindo para a figura do extensionista de pós-graduação e, por fim, trouxemos algumas reflexões acerca da produção da pesquisa de mestrado em articulação com a extensão.

Comentamos, assim, que extensão é um conceito em disputa e que há uma contraposição entre dois paradigmas, o da transferência de conhecimento e o da dialogia, que tem repercussões nos entendimentos acerca do que é fazer ciência e das funções das universidades. Com base no segundo paradigma, sustentamos a importância de colocar os saberes em condição de equidade a fim de visarmos à construção compartilhada do conhecimento.

Nesse contexto, indicamos a relevância e os avanços a partir das recentes políticas de incentivo à extensão na pós-graduação de forma a reconhecer e viabilizar materialmente a articulação entre extensão e pesquisa, destacando como essas políticas podem caminhar em busca da superação de desafios presentes nas práticas universitárias relacionadas à falta de tempo e de recursos financeiros para a realização dessas atividades.

Em seguida, apresentamos algumas reflexões acerca do fazer pesquisa de mestrado em articulação com a extensão, evidenciando como essa prática teve impactos diretos na criação da metodologia de pesquisa. Dessa maneira, o fazer pesquisa-extensionista, no campo-tema do cárcere, com base no abolicionismo penal, proporcionou caminhos para a produção de um conhecimento comprometido com a transformação social na criação de um projeto de sociedade sem prisões¹⁵.

15 Um projeto de sociedade sem prisões, com base nos referenciais abolicionistas penais que apresentamos ao longo do texto, diz respeito à superação das diversas relações sociais de exploração e de opressão que dão base para a existência das prisões e, portanto, pressupõe não apenas o fechamento das unidades de privação da liberdade, mas também o questionamento dos órgãos do sistema de justiça criminal, das instituições jurídicas como um todo, da sociabilidade punitivista e, concomitantemente, do próprio modo de produção de capitalista no qual as prisões foram forjadas (Alemany, 2019; Gilmore, 2024; Neves, 2021).

As discussões apresentadas no artigo nos mostram que a indissociabilidade entre os pilares da extensão e da pesquisa é uma potencialidade para a realização de pesquisa militante engajada com aquela noção de práxis que articula a unidade dialética entre teoria e prática (Jaumont & Varella, 2016). A pesquisa militante, nesse sentido, parte das noções de construção compartilhada do conhecimento na qual o fazer pesquisa-extensionista envolve a dialogia e a equidade entre os saberes.

Essa articulação nos invoca a problematizar, constantemente, o papel da universidade e da ciência, situando o ambiente e práticas acadêmicas dentro das demais relações sociais, não de forma apartada da sociedade, como faz crer o paradigma da transferência do conhecimento. Ainda, no campo-tema do cárcere, Gilmore (2024), apresentando reflexões sobre como foi seu processo de fazer pesquisa em conjunto com familiares de pessoas presas nos Estados Unidos, afirma que “na pesquisa acadêmica, as respostas só são boas quando levam a outras perguntas, enquanto para os ativistas as boas respostas são aquelas que tornam possíveis suas táticas. O lugar onde o estudo acadêmico e o ativismo coincidem é na tomada de decisões sobre o que vem a seguir.” (Gilmore, 2024, p. 81).

Dessa forma, nos vinculamos à noção de pesquisa militante na qual a universidade, sem renunciar a sua função de produção de ciência, propõe a construção permanente de perguntas e reflexões com base nas convocações da complexa realidade de forma a indicar caminhos que podem guiar nossas ações no mundo. Mundo este que, em constante transformação, demanda, também, a constante produção de conhecimento que, inacabado, encontra na indissociabilidade entre extensão e pesquisa um espaço propício para se realizar de forma articulada com as convocações dessa realidade.

Por fim, e ainda ancorados na noção de constante transformação do mundo, apontamos que as discussões sobre a articulação entre extensão e pesquisa devem continuar, especialmente porque as políticas de incentivo à extensão na pós-graduação ainda são recentes e limitadas e devem seguir no sentido não só de viabilizar bolsas de extensão para mestrandos(as), doutorandos(as) e pós-doutorandos(as), mas também com o objetivo de questionar qual a noção de extensão que dará base para essas práticas. Ainda, como ensaiamos ao longo do texto, são necessários avanços nessas discussões de forma a articular as práticas universitárias em sua inteireza, considerando não apenas os pilares da extensão e da pesquisa, mas também o do ensino, de forma a viabilizar o comprometimento

e dedicação de trajetórias docentes no campo da extensão, tendo em vista que, inacabada, a prática educativa não se encerra na pós-graduação.

REFERÊNCIAS

ALEMANY, F. R. Punição e estrutura social brasileira. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

<https://repositorio.usp.br/item/002980631>.

BARROS, C. R.; CARDOSO, G. S. A.; DIAS, G. L. B. Acolhimento psicossocial nas filas de unidades prisionais: relato de experiência de extensão universitária. “Estudos e Pesquisas em Psicologia”, v. 24, p. 1-20, 2024.

<https://doi.org/12957/epp.2024.84027>

BARROS, C. R.; FARIA, B. A. S. Entrevista com Vanessa Andrade de Barros. In: BARROS, C. R.; CARDOSO, G. S. A.; FARIA, B. A. S. (Orgs.). Culthis: acolhimento psicossocial e abolicionismo penal na prática. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2024, p. 17-68.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. “Revista Brasileira de Educação”, n. 19, p. 20-28, 2002.

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003>.

CARDOSO, G. S. A.; MOREIRA, P. M. A metodologia de acolhimento psicossocial do Culthis: reflexões a partir de dois casos. In: BARROS, C. R.; CARDOSO, G. S. A.; FARIA, B. A. S. (Orgs.). Culthis: acolhimento psicossocial e abolicionismo penal na prática. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2024, p. 69-102.

CARDOSO, G. S. A. Trabalho e sociabilidade no entorno da Penitenciária Nelson Hungria. 2025. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2025.

<https://repositorio.ufmg.br/items/b01b4c1e-fa65-48f8-a303-7e4ab1e5c12d>

DINIZ, L. V. C.; AMARAL, T. V. F. Rede PSI: desafios e possibilidades no trabalho clínico com pessoas afetadas pelas práticas penais. In: BARROS, C. R.; CARDOSO, G. S. A.; FARIA, B. A. S. (Orgs.). Culthis: acolhimento psicossocial e abolicionismo penal na prática. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2024, p. 153-168

FALS BORDA, O. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. “Espacio Abierto”, v.31, n 1, p. 193-221, 2022.

<https://produccioncientificaluz.org/index.php/espacio/article/view/37861>.

FRAGA, L. S. Transferência de conhecimento e suas armadilhas para a extensão universitária brasileira. “Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior”, v. 22, p. 403-419, 2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772017000200008>.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 63. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020a.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 73ª ed. São Paulo: Paz & Terra, 2020b.

GILMORE, R. W. *Califórnia Gulag: prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal*. São Paulo: Igra Kniga, 2024.

JAUMONT, J.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. “Revista Direito & Práxis”. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 414-464, 2016.

<https://doi.org/10.12957/dep.2016.21833>.

JEREMIAS, J. J. Encarceramento masculino e suas implicações na reprodução social da classe trabalhadora: diálogos entre a economia política da pena e a teoria unitária da reprodução social. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Santa Catarina, 2022.

<http://repositorio.unesc.net/handle/1/9121>.

JUSCELINO, A. S. et al. Despop: curso de desencarceradora populares. In: BARROS, C. R. et al. (Orgs.). *Culthis: acolhimento psicossocial e abolicionismo penal na prática*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2024. p. 103-130.

MAFRA, J. F.; CAMACHO, C. M. P. Paulo Freire e o materialismo histórico: um estudo de “extensão ou comunicação?”. “Revista Pedagógica”. Chapecó, v. 19, n. 41, p. 118-136, 2017.

<http://dx.doi.org/10.222196/rp.v19i41.3800>.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MELLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. et al. (Orgs.). *A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014. p. 273-294.

MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. “Revista Brasileira de Educação”, v. 14, n. 41, p. 269-280. 2009.

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000200006>.

NEVES, F. H. C. Abolicionismo penal e extensão universitária. In: BARROS, C. R.; BARROS, V. A.; SANTOS, T. C. C. (Orgs.). *Cárcere e Direitos Humanos: reflexões sobre o sistema de justiça criminal*. Belo Horizonte: Editora Instituto DH, 2021. p. 266-339.

NOGUEIRA, M. D. P. Onde falha o Plano Nacional de Extensão? “Interagir: pensando a extensão”. Rio de Janeiro, n.4, p. 9-13, 2003.

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/interagir/article/view/21099>.

NOGUEIRA, M. D. P. O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. “Interfaces: Revista de Extensão da UFMG”, v. 1, p. 36-47, 2013.

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18932>.

PÁDUA, T. A. “Somos todos réus primários”: o impacto da prisão no cotidiano de familiares pobres de pessoas presas. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2021.

<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/45523>.

PEREIRA, E. M. A. Universidade no contexto da América Latina: 90 anos da Reforma de Córdoba e 40 anos da reforma universitária brasileira. “Políticas Educativas”. Campinas, v. 2, n. 1, p. 54-75. 2008.

<https://seer.ufrgs.br/index.php/PolEd/article/view/18352>.

SANTOS, J. C. *A Criminologia Radical*. 5. ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022.

SANTOS, P. V. T. Análise sobre o abolicionismo penal de Thomas Mathiesen. “Revista Reflexão e Crítica do Direito”. v. 4, p. 96-115, 2016.

<https://revistas.unaerp.br/rocd/article/view/580>.

SOUZA, K. R. et al. A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. "Ciência & Saúde Coletiva". v. 22, p. 3667-3676, 2016.

<https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.01192016>.

SPINK, P. Pesquisa de Campo em Psicologia Social: Uma Perspectiva Pós-Construcionista. "Psicologia e sociedade". v. 15, n. 2, p. 18-42, 2003.

<https://doi.org/10.1590/S0102-71822003000200003>.

ZAFFARONI, E. R. Em busca das penas perdidas: a perda da legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 2018.

♦ VOL. 13, 2025, ISSN:2318-2326. PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

Todos os textos publicados na Interfaces – Revista de Extensão da UFMG são regidos por licença Creative Commons CC By.

A Interfaces convida pesquisadoras e pesquisadores envolvidos em pesquisas, projetos e ações extensionistas a submeterem artigos e relatos de experiência para os próximos números.

Os textos deverão ser enviados através do nosso endereço na web. No site estão disponíveis as normas para publicação e outras informações sobre o projeto. Vale ressaltar que os autores poderão acompanhar todo o processo de submissão do material enviado através desse site e que o recebimento de submissões possui fluxo contínuo.

www.ufmg.br/revistainterfaces

Contato: revistainterfaces@proex.ufmg.br

